

N.F. Nº - 2724660381/21-7
NOTIFICADO - VALE BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
NOTIFICANTE - RENATO AGUIAR DE ASSIS
ORIGEM - DAT SUL/INFAZ CENTRO SUL
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 22.06.2022

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0144-06/22NF-VD

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO PARCIAL AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS. CONTRIBUINTE DESCREDENCIADO. Cobrança da antecipação tributária parcial em transação interestadual. A Notificada trouxe aos autos que as mercadorias adquiridas se destinam a insumos na fabricação de seus produtos. Encontra-se entendimento neste Conselho no sentido de que o simples acondicionamento dos alimentos **em embalagens fracionadas menores**, com inserção de logomarca e código de barras, **tem natureza manifestamente industrial**. Infração insubsistente. Instância única. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, Trânsito de Mercadorias, lavrada em 20/12/2021, exige da Notificada ICMS no valor histórico de **R\$8.648,64** mais multa de 60%, no valor de R\$5.189,18, totalizando o montante de R\$13.837,82 em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 - 054.005.008: Falta de recolhimento do ICMS, referente à antecipação tributária parcial, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos na legislação fiscal.

Enquadramento Legal: Alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, c/c art. 12-A; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei nº 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96.

O Notificante **acrescentou na descrição dos fatos** que se trata de:

“Falta de recolhimento do ICMS da Antecipação Tributária Parcial da operação, nas aquisições interestaduais de “Açúcar”, por contribuinte que não atende os requisitos, conforme Danfe nº 360806 e art. 332, inciso III, Alínea B, §2º do RICMS/BA (Dec. 13.780/12)”

Anexo aos autos, dentre outros, encontram-se os seguintes documentos: Memória de Cálculo da Antecipação Parcial (fl. 05); Termo de Apreensão de nº 2321751081/21-6, **datado de 14/02/2021** (fls. 03 a 04); cópia do Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico– DACTE de nº 11.348 (fl. 11); cópia do DANFE da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) de nº 360.806, procedente do Estado de Goiás (fls. 06 e 07), **emitida em 13/12/2021** pela **Empresa “Jalles Machado S.A.”**, venda de produção, correspondentes às mercadorias de NCM de nº 1701.99.00 (Açúcar Cristal) objeto da notificação; o Documento Auxiliar de Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais – DAMDFE de nº 336 (fl. 08); Consulta dos pagamentos realizados pela Notificada (fl. 10).

A Notificada se insurge contra o lançamento, **através de representante**, manifestando impugnação, onde a peça de defesa consta apensada aos autos (fls. 20 a 26), protocolizada na CORAP SUL/PA JEQUIÉ na data de 24/03/2022 (fl. 19).

Em seu arrazoado a Notificada iniciou sua peça defensiva asseverando a tempestividade, e no tópico **“Dos Fatos”** onde narrou a infração, o enquadramento legal, bem como o cálculo estabelecido. No tópico **“Do Direito”** assinalou que a Notificada é contribuinte cadastrada no

Estado na condição de Empresa Normal, sob regime de Conta – Corrente fiscal para apuração do ICMS. Desempenha atividade principal de **Fabricação de açúcar de cana refinado, identificada sob CNAE Fiscal de nº 10.72-4-01** sendo, desse modo, classificada como estabelecimento industrial.

Afirmou que a partir dessas referências destaca-se a demanda de **adquirir matéria-prima** para completar sua cadeia de produção, e, então, garantir o resultado do seu produto final.

Asseverou que a ocorrência se deu ao evento de aquisição de 400.000kg de Açúcar Cristal, descrito na NF-e de nº 360.806, emitida em 13/12/2021, de valor total R\$144.144,00, que nada mais se trata, senão, de **um produto utilizado na incorporação do processo produtivo**, que, por sua vez, dá origem ao objeto de sua atividade negocial principal, que, por fim, destina-se à comercialização. Tal **produto é o Açúcar Refinado**, este é resultado do processo industrial que envolve a trituração do Açúcar Cristal, que, por sua parte, é a matéria-prima que compõe o processo fabril realizado.

Acrescentou que acerca desse assunto, o art. 8º, inciso III, § 8º, da Lei de nº 7.014/96, abaixo transcrito, dispõe que, **não ocorrerá retenção ou antecipação do ICMS quando o destino da mercadoria adquirida for para aplicação no processo fabril**, ou seja, quando este utilizado com fins de matéria – prima.

Art. 8º São responsáveis pelo lançamento e recolhimento do ICMS, na condição de sujeitos passivos por substituição, devendo fazer a retenção do imposto devido na operação ou operações a serem realizadas pelos adquirentes, bem como do imposto relativo aos serviços prestados:

(...)

§ 8º Salvo disposição em contrário prevista em regulamentação, não se fará a retenção ou antecipação do imposto quando a mercadoria se destinar:

(...)

*III- a estabelecimento industrial, inclusive microempresa e empresa de pequeno porte, que se dediquem à atividade industrial, para utilização como **matéria – prima**, produto intermediário ou material de embalagem; (Grifo nosso)*

Assinalou que examinando um pouco mais, encontra-se no art. 12-A, da Lei de nº 7.014/96, que a exigência do recolhimento da antecipação do ICMS, **está vinculada à finalidade das aquisições interestaduais** forem destinadas à **comercialização**, como segue:

*Art. 12-A. Nas aquisições interestaduais de mercadorias para fins de **comercialização**, será exigida antecipação parcial do imposto, a ser efetuada pelo próprio adquirente, independentemente do regime de apuração adotado, mediante a aplicação da alíquota interna sobre a base de cálculo prevista no inciso III do art. 23, deduzido o valor do imposto destacado no documento fiscal de aquisição. (Grifo nosso)*

Complementou que se a mercadoria transportada pela Vale Bahia, o Açúcar Cristal, produto já discutido nos parágrafos acima, **tem por finalidade compor o processo de fabricação do produto final**, Açúcar Refinado, sendo, assim, **utilizada na forma de matéria-prima**, não ocorrerá nessa operação a obrigatoriedade do recolhimento do imposto estadual, seja na forma de antecipação parcial ou total.

Consignou que na condição de documentos comprobatórios, seguirão anexados a este processo “informações extraídas da escrituração fiscal **SPED**, demonstrado o exercício da atividade industrial e a escrituração da Nota Fiscal, o objeto da Notificação, como matéria-prima, e, também, uma Nota Fiscal do **ACÚCAR REFINADO** produto final do processo de industrialização”.

Finalizou, posto isto, qualifica-se a Notificação como documento improcedente por falta de materialização dos elementos que a compõe. Consoante ao direito concedido pelo artigo 151, inciso III, do CTN, requer-se que Autoridade Administrativa reconheça a suspensão da exigibilidade do crédito tributário argumentado na Notificação Fiscal nº 272466.0381/21-7 levando em conta a Defesa apresentada.

Verifico não haver Informação Fiscal.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído. É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal em epígrafe, **Trânsito de Mercadorias**, lavrada em **20/12/2021**, exige da Notificada ICMS no valor histórico de **R\$8.648,64** mais multa de 60%, no valor de R\$5.189,18, totalizando o montante de R\$13.837,82 em decorrência do cometimento da Infração (054.005.008) da **falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação tributária parcial**, antes da entrada do território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preenche os requisitos na legislação fiscal.

O enquadramento legal seguiu a Infração tipificada referenciando-se à alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, c/c art. 12-A; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei de nº 7.014/96 e multa prevista no art. 42, II, “d”, da Lei de nº 7.014/96.

Verifico que por força de norma publicada em 18/08/2018, referente ao Decreto de nº 18.558/18, não consta a Informação Fiscal.

Inicialmente, constato que o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada relativamente às irregularidades apuradas, não foi constatada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, portanto, não se encontram no presente processo os motivos elencados na legislação, **inclusive os incisos I a IV do art. 18 do RPAF-BA/99**, para se determinar a nulidade da Notificação Fiscal.

Tem-se que a presente Notificação Fiscal resultou de uma ação de fiscalização realizada por Autoridade Fiscal do POSTO FISCAL BAHIA GOIÁS, através da abordagem de veículo da Transportadora VALE BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (fl. 03), contendo o DANFE da Nota Fiscal eletrônica (NF-e) de nº 360.806, procedente do Estado de Goiás (fls. 06 e 07), **emitida em 13/12/2021 pela Empresa “Jalles Machado S.A.”**, o qual carrega a mercadoria de NCM de nºs 1701.99.00 (Açúcar Cristal) a qual verificada não constar no Anexo 1 do RICMS/BA/12, referente ao ano de 2021 - que trata das Mercadorias sujeitas à Substituição ou Antecipação Tributária - **sem o pagamento da Antecipação Parcial antes da entrada no Estado da Bahia por contribuinte que não atendia ao estabelecido no inciso I do § 2º do art. 332 do RICMS/BA/12, para poder usufruir** do prazo regulamentar para pagamento da obrigação tributária.

Em síntese de sua defesa a Notificada consignou que desempenha **Atividade Principal** de Fabricação de **Açúcar de Cana Refinado**, identificada sob CNAE Fiscal de nº 10.72-4-01 sendo, classificada como estabelecimento industrial, tendo adquirido **Açúcar Cristal**, descrito na NF-e de nº 360.806, sendo este um produto utilizado como matéria prima na incorporação do seu processo produtivo, que, por sua vez, **dá origem ao objeto de sua atividade comercial principal**, Açúcar Refinado, que, por fim, destina-se à comercialização.

Acrescentou que, **não se ocorrerá retenção ou antecipação do ICMS quando o destino da mercadoria adquirida for para aplicação no processo fabril**, ou seja, quando este utilizado com fins de matéria-prima (art. 8º, inciso III, § 8º, da Lei de nº 7.014/96), sendo que o recolhimento da antecipação do ICMS, **está vinculada à finalidade das aquisições interestaduais** quando forem destinadas à **comercialização** (art. 12-A).

Entendo que o Estado da Bahia regulamentou, através do art. 332, inciso III do RICMS/BA/12, que o ICMS referente a Antecipação Parcial **deve ser recolhido antes da entrada das mercadorias**, no

território deste Estado, **estabelecendo algumas condições**, para permitir que o Contribuinte **regularmente inscrito no cadastro da SEFAZ e sem nenhuma restrição**, recolha o ICMS da Antecipação Parcial **no dia 25 do mês seguinte** ao da data da emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal. Estas condições estão regulamentadas no art. 332, §2º do RICMS/BA/12.

Compulsando os autos, encontra-se a consulta ao Sistema de Informações do Contribuinte – INC, aposta pelo Notificante (fl. 12) referente aos Dados Cadastrais da Notificada, donde confirmou-se, conforme predito pela Notificada, que a mesma tem como **Atividade Econômica Principal** o CNAE de nº1072-4/01 – **Fabricação de açúcar de cana refinado**, sendo enquadrado nesta atividade da Classificação Nacional em **Indústria de Transformação** na Fabricação de Produtos Alimentícios. E, acrescenta-se nas atividades secundárias, dentre elas, o CNAE de nº4639-7/02 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, **com atividade de fracionamento e acondicionamento** associada.

Dispõe-se que o SPED Fiscal, nome popular da Escrituração Fiscal Digital do ICMS e do IPI – EFD ICMS/IPI, surgiu para substituir a escrituração dos **Livros Registro de Entradas**, Registro de Saídas, Registro de Inventário, Registro de Apuração do IPI, Registro de Apuração do ICMS, Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente – CIAP e Registro de Controle da Produção e do Estoque (arts. 247 a 249 do RICMS/BA/12).

Neste sentido, sabe-se que o Ajuste SINIEF 02/09 trouxe em sua Cláusula Quarta que o arquivo digital da EFD será gerado pelo contribuinte de acordo com as especificações do leiaute definido em Ato COTEPE e conterá a “**totalidade das informações**” econômicos-fiscais e contábeis e que para efeito do disposto no caput desta cláusula o §1º em seus incisos I, II, III considera a “**totalidade das informações**”, de forma resumida, às relativas às entradas e saídas; à quantidade, descrição e valores de mercadorias, **matérias-primas**, produtos intermediários, materiais de embalagem, produtos em fabricação, etc.

Ademais a EFD deve ser escriturada sob o **enfoque do declarante** (Cláusula Quarta §3º), ou seja, as informações devem ser prestadas sob o enfoque do regime tributário da empresa declarante, do regime tributário dos produtos (ICMS normal ou ICMS/ST), **do destino desse produto** (**insumo**, revenda ou uso e consumo) e dos cadastros internos do declarante.

Nesta perspectiva a Notificada trouxe aos autos (fl. 44) que representou em sua EFD na escrituração de entrada no Registro C100, o documento fiscal de aquisição de nº 360.806, a mercadoria de NCM de nºs. 1701.99.00 (**Açúcar Cristal**) na quantidade **de 50.400 kg** sob o enfoque do Código Fiscal de Operação e Prestação – CFOP de nº 2556 dando assim tratamento tributário relativo à destinação de suas mercadorias como **Compra para industrialização**, não havendo outro tratamento a ser dado a não ser este escriturado sob o enfoque da Notificada. Apresentando o mesmo tratamento dado nos Registros C170 – Entrada – itens e C190 – Entrada Analítico (fls. 42 e 43).

Apesar disso, sublinha-se que a Notificada englobou em seus documentos probatórios o DANFE da Nota Fiscal de nº 2506 (fl. 37), de emissão da própria em venda interna ao Estado da Bahia, **em mercancia** dos seguintes produtos com CFOP de nº 5101 (Venda de Produção do Estabelecimento): Açúcar Vale Bahia Cristal 10 x **1Kg** e Açúcar Vale Bahia Refinado 10 x **1Kg**. Nesta seara, poder-se-ia ter o entendimento de que o produto adquirido pela Notificada de **50.400 kg de Açúcar Cristal**, descrito na NF-e de nº 360.806 seriam, também, destinados à comercialização, sendo assim devida a Antecipação Parcial.

Entretanto, há posicionamento deste Conselho (Acórdão CJP nº 0061- 11/14, e do Acórdão JJP nº 0101-03/13) no sentido de que o simples acondicionamento dos alimentos **em embalagens fracionadas menores**, com inserção de logomarca e código de barras, **tem natureza manifestamente industrial**.

Entendo que não se poderia ser diferente esta disposição, uma vez que, sendo de competência da União definir o que é industrialização esta o fez em acordo com o estabelecido na legislação do IPI (Decreto de nº 7.212, de 15 de junho de 2010), que se considera como produtos industrializados aqueles decorrentes de operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto ou **o aperfeiçoe para o consumo**, tais como, transformação, beneficiamento, montagem, acondicionamento ou recondicionamento, etc.

Nesta seara, não há dúvida que fracionamento e acondicionamento constituem processos tipicamente industriais. Fracionamento consiste na separação dos componentes de uma coisa: **fracionar significa dividir ou fragmentar um todo em frações, em partes**. No fracionamento há uma transformação da coisa, e a transformação é um processo de industrialização. Por seu turno, acondicionamento é o processo pelo qual se põe determinada coisa num recipiente qualquer em determinadas condições para preservá-la de deterioração. É sinônimo também de empacotamento, envasamento, embalagem, embrulho.

Do deslindado entendo que a aquisição de **Açúcar Cristal** pela Notificada **estabelece consonância** com o tratamento tributário dado em relação à destinação destas para industrialização em sua EFD, havendo possível conformidade na **industrialização em açúcar refinado**, tal qual apresentado em sua peça defensiva, e, também, encontra-se entendimento quando do seu aperfeiçoamento para consumo no fracionamento em unidades menores, com a inserção da logomarca da Notificada tal qual apresentado no DANFE da Nota Fiscal de nº 2506 - Açúcar Vale Bahia Cristal, cingindo-se ao final como mercadorias que **têm por finalidade compor o processo de fabrico da Notificada** não se assentando na exigência do ICMS da Antecipação Parcial.

Isto posto, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância única julgar **IMPROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº **2724660381/21-7**, lavrada contra **VALE BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 08 de junho de 2022.

PAULO DANILO REIS LOPES – PRESIDENTE/JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS – JULGADOR

EDUARDO DUTRA FREITAS - RELATOR